

SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do
Sindicato dos Urbanitários
07/12/2016



Reforma inibe aposentadoria integral

Se as mudanças na Previdência propostas pelo governo Temer forem aprovadas, o brasileiro terá que contribuir por 49 anos para ter aposentadoria integral.

A reforma prevê idade mínima de 65 anos e pelo menos 25 anos de contribuição para homens e mulheres, incluindo funcionários públicos, se aposentarem.

O texto assegura benefício de 51% da média salarial, mais um ponto percentual por ano de contribuição. Quem se aposentasse com o requisito mínimo teria 76%.

Está prevista regra de transição para homens a partir de 50 anos e mulheres a partir de 45, além de gatilho para elevar a idade mínima no futuro. **Mercado A15**

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo - 07/12/2016

Idade mínima de aposentadoria pode chegar a 67 anos

A idade mínima de aposentadoria, que será de 65 anos, pode subir para 67 em 2060. O Governo Federal anunciou ontem que a proposta de reforma da Previdência do governo Michel Temer prevê um mecanismo automático de ajuste da idade mínima. Esse gatilho depende da evolução demográfica, de acordo com o secretário de Previdência, Marcelo Caetano. A cada vez que os dados do IBGE mostrarem aumento de um ano na expectativa de sobrevida do brasileiro a partir dos 65 anos, a idade mínima de aposentadoria subirá um ano. Atualmente, de acordo com o secretário, os números do IBGE mostram que a expectativa de vida do brasileiro após 65 anos é de, aproximadamente, mais 18 anos. As projeções mostram que a sobrevida deve aumentar mais um ano entre 2020 e 2030 e, depois, deve aumentar mais um ano entre 2040 e 2050. Por isso, em 2060 a idade mínima já terá subido dois anos, de acordo com a expectativa do Governo.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 07/12/2016

Bancários paralisam BB na Baixada Santista hoje

Os funcionários do Banco do Brasil (BB), organizados pelo Sindicato dos Bancários de Santos, participam do protesto nacional e vão paralisar durante todo o expediente, de hoje, as agências que o Governo

Federal pretende fechar a partir de 18/2/2017, na Baixada Santista.

No ato serão distribuídas cartas abertas à população, colados cartazes e passarão abaixo-assinado contra o fechamento das seis unidades

e a extinção de postos de trabalho.

Eneida Koury, presidente do Sindicato dos Bancários, explica que entre as agências a serem fechadas está a única que atende a Zona Noroeste, uma região com

15 bairros e mais de 120 mil habitantes. “Isto vai prejudicar os mais necessitados por um banco público, disse”. Colocou também a situação do fechamento e o impacto na população de Vicente de Carvalho.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 07/12/2016

Programa de emprego terá reajustes

O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, anunciou ajustes no Programa de Proteção ao Emprego (PPE), iniciativa lançada durante a gestão da ex-presidente Dilma Rousseff para flexibilizar as jornadas de trabalho e os salários dos trabalhadores em período de retração da economia brasileira, evitando o corte de vagas. Segundo Nogueira, a iniciativa passará a se chamar Programa de Sustentação ao Emprego (PSE), será uma política permanente e terá redução de custos.

“O programa passará a ser política pública de proteção ao emprego, um programa de Estado”, afirmou o chefe da pasta, durante congresso organizado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). “O PSE servirá não apenas para proteger o emprego do trabalhador em época de crise, mas também o fará a um custo 25% menor do que o seguro desemprego tradicional.

Fonte: Jornal A Tribuna – 06/12/2016

GRANDES NÚMEROS

FABIANE STEFANO | fstefano@abril.com.br

SANEAMENTO DÁ RETORNO

O dilema de todo gestor público é o que priorizar no orçamento — uma vez que não há dinheiro suficiente para atender às demandas de todos os setores. O saneamento básico, por exemplo, é um dos segmentos da infraestrutura urbana que historicamente recebem menos recursos do que o necessário. O Instituto Trata Brasil acabou de fazer um estudo na região metropolitana de São Paulo que mostra que o investimento em saneamento é recompensado pela redução dos gastos com saúde e pela valorização dos imóveis, entre outros ganhos, nas regiões beneficiadas por obras de água e esgoto. Ou seja, investe-se, de um lado, e há redução de despesas e geração de riqueza, do outro. De 2008 a 2013, a região metropolitana de São Paulo, com 20 milhões de habitantes, recebeu quase 9 bilhões de reais em investimentos na área de saneamento, recursos que permitiram ampliar a rede de água em 8% e a de esgoto em 10%. No mesmo período, o estudo aponta que os ganhos sociais e econômicos gerados pelo montante investido equivalem a 9,8 bilhões de reais. A maior parte dos ganhos veio do efeito multiplicador que o investimento em redes de água e esgoto gera: a criação de negócios e empregos depois que essas áreas passaram a ser atendidas movimentou 6,2 bilhões de reais de 2008 a 2013.

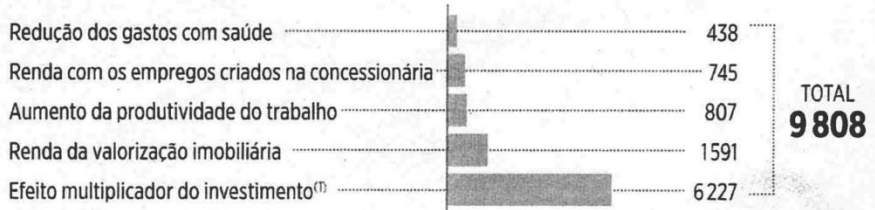
Um estudo do Instituto Trata Brasil mediu o impacto dos investimentos em saneamento na região metropolitana de São Paulo



Custo com a expansão do saneamento, valor acumulado de 2008 a 2013 (em milhões de reais)



Ganhos com a expansão do saneamento, valor acumulado de 2008 a 2013 (em milhões de reais)



O retorno social e econômico da expansão do saneamento superou o custo do investimento. Para a universalização dos serviços de água e esgoto na área metropolitana de São Paulo seriam necessários investimentos de 30 bilhões de reais até 2030 — recursos que retornariam por outros canais para a região

(1) Isso inclui a criação de negócios e empregos e a circulação da renda gerada pela expansão do saneamento. Fonte: Instituto Trata Brasil